

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO PSICOPEDAGÓGICO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

THE ROLE OF THE FAMILY IN THE PSYCHOEDAGOGICAL PROCESS OF CHILDREN WITH LEARNING DISORDERS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-007>

Samara Fernandes Costa

Especialista em Psicopedagogia e Atendimento Educacional Especializado e Salas de Recursos Multifuncionais Pela Faculdade de Ensino Superior Facprisma de Coronel Fabriciano – MG.

E-mail: samara.s.fernandes@edu.mt.gov.br

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9003498741372737>

Grasielle Batista de Carvalho

Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica

Faveni

E-mail: grasiellecarvalho22@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da família no processo psicopedagógico de crianças com transtornos de aprendizagem. Tal problemática consiste em compreender de que forma o envolvimento familiar pode influenciar positiva ou negativamente os resultados das intervenções psicopedagógicas. Essa questão se faz necessária devido ao crescente número de diagnósticos de dificuldades de aprendizagem e à constatação de que a participação dos responsáveis é um fator decisivo para o sucesso escolar e emocional das crianças. O objetivo central deste estudo é investigar como a atuação da família contribui para o desenvolvimento de estratégias psicopedagógicas eficazes no atendimento a crianças com dificuldades de aprendizagem. Para isso, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura, com levantamento e análise de obras publicadas nos últimos dez anos, incluindo livros, artigos científicos e periódicos especializados disponíveis em bases acadêmicas como SciELO, Google Scholar e CAPES. Esse propósito foi fundamentado mediante a revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa dos conteúdos selecionados. A pesquisa evidenciou que a parceria entre profissional e família fortalece os vínculos entre os sujeitos envolvidos, favorece a construção de ambientes de aprendizagem mais acolhedores e permite maior aderência às estratégias psicopedagógicas. Também foi possível perceber que a orientação dos cuidadores, aliada a uma escuta empática e à valorização das singularidades de cada núcleo familiar, contribui significativamente para o sucesso do processo terapêutico. Recomenda-se que estudos futuros explorem abordagens práticas e investiguem os efeitos diretos da cooperação familiar nas trajetórias escolares de crianças com transtornos de aprendizagem.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Família; Aprendizagem; Transtornos; Intervenção.

ABSTRACT

This study analyzes the role of the family in the psychopedagogical process of children with learning disorders. The research problem consists of understanding how family involvement can influence the outcomes of psychopedagogical interventions, either positively or negatively. This issue is relevant due to the increasing number of learning disorder diagnoses and the recognition that family participation is a decisive factor in the child's academic and emotional development. The main objective of this study is to investigate how family engagement contributes to the effectiveness of psychopedagogical strategies in



supporting children with learning difficulties. To achieve this, the methodological approach was based on a literature review, including books, scientific articles, and academic journals published over the last ten years, retrieved from academic databases such as SciELO, Google Scholar, and CAPES. This objective was supported by a qualitative analysis of the selected content. The results showed that collaboration between professionals and families strengthens the bonds among the involved parties, promotes more welcoming learning environments, and increases adherence to psychopedagogical strategies. Furthermore, it was found that guiding caregivers, through empathetic listening and valuing each family's uniqueness, significantly enhances the success of the therapeutic process. Future studies are encouraged to explore practical applications and investigate the direct impact of family-professional cooperation on children's academic paths.

Keywords: Psychopedagogy; Family; Learning; Disorders; Intervention.



1 INTRODUÇÃO

O papel da família no processo psicopedagógico de crianças com transtornos de aprendizagem é uma temática de ampla relevância no campo da educação e da saúde mental infantil. A dinâmica familiar exerce influência direta sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, sendo frequentemente destacada como um fator decisivo para o sucesso ou fracasso de intervenções voltadas à superação de dificuldades escolares. Em tempos em que o número de diagnósticos de transtornos de aprendizagem tem crescido significativamente, torna-se urgente repensar o papel da família não apenas como observadora do processo educativo, mas como agente ativo na promoção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento pleno da criança (GASPARIAN, 2019).

Muitas vezes, crianças com dificuldades de aprendizagem são inseridas em contextos familiares desestruturados ou com pouca informação sobre os transtornos que enfrentam. Nesses casos, observa-se uma ausência de apoio emocional e pedagógico adequado, o que pode comprometer a eficácia de intervenções psicopedagógicas. O problema torna-se ainda mais grave quando há falta de diálogo entre família e escola, desarticulando os esforços de apoio ao estudante. Essa realidade suscita a necessidade de compreender de que forma a atuação familiar pode ser reorganizada para favorecer uma aprendizagem significativa, respeitando as especificidades e os limites de cada criança (SAMPAIO, 2019).

Diante desse cenário, este estudo busca compreender os impactos da atuação familiar no processo psicopedagógico, analisando como o envolvimento dos responsáveis pode favorecer ou dificultar a trajetória escolar da criança com transtornos de aprendizagem. O foco recai sobre o modo como o suporte familiar contribui para a adesão às estratégias terapêuticas, para a motivação do aluno e para o fortalecimento de sua autoestima frente às dificuldades encontradas. Com base em uma abordagem teórica, pretende-se reunir evidências que confirmem a importância dessa participação, apontando caminhos possíveis para um acompanhamento mais efetivo (TOGASHI e WALTER, 2020).

A escolha do tema se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre a responsabilidade compartilhada entre os profissionais da educação e os familiares na superação das barreiras que comprometem o desempenho escolar de crianças com transtornos de aprendizagem. Há um consenso na literatura científica sobre o valor do trabalho colaborativo entre escola, psicopedagogo e família, mas ainda são escassas as iniciativas que promovam de fato essa integração. Por isso, compreender os entraves e as potencialidades desse relacionamento é um passo fundamental para o aprimoramento das práticas psicopedagógicas.

Este trabalho tem como objetivo geral investigar, por meio de revisão de literatura, como a atuação da família influencia o processo psicopedagógico de crianças com transtornos de aprendizagem. Entre os objetivos específicos, busca-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias, analisar o suporte emocional e pedagógico oferecido, verificar a importância da parceria entre família e profissionais



e apontar estratégias de engajamento familiar no processo educacional. Com essa estrutura, pretende-se lançar luz sobre práticas que reforcem o papel da família como colaboradora efetiva do processo educativo.

A pesquisa se fundamenta em revisão bibliográfica, com levantamento de livros, artigos científicos e periódicos que abordam as interações entre família e psicopedagogia no contexto das dificuldades de aprendizagem. O trabalho será guiado por uma análise qualitativa do conteúdo, buscando interpretar os dados à luz de autores que refletem sobre a importância das relações familiares no percurso escolar da criança. Por fim, espera-se que os resultados desta investigação contribuam para o fortalecimento do papel da família como parte integrante da construção de uma aprendizagem mais humanizada, eficaz e inclusiva.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM NA INFÂNCIA

A infância representa um período sensível no qual se estruturam as bases da aprendizagem, e justamente nesse momento podem emergir os primeiros indícios de transtornos que afetam esse processo. Crianças com dificuldades persistentes na aquisição de habilidades como leitura, escrita ou raciocínio lógico-matemático devem ser observadas cuidadosamente, pois podem estar diante de transtornos específicos de aprendizagem, que se manifestam independentemente de fatores externos como negligência pedagógica ou desmotivação. De acordo com o Ministério da Educação (2018), essas dificuldades não estão ligadas à baixa inteligência, mas sim a alterações no funcionamento neurológico que interferem na forma como o cérebro processa informações.

A identificação precoce desses transtornos é essencial para evitar prejuízos emocionais e escolares. A criança que não consegue acompanhar o ritmo da turma, mesmo após receber estímulos adequados, tende a desenvolver sentimento de frustração, vergonha e ansiedade. Quando esse sofrimento não é compreendido nem acolhido, pode evoluir para um bloqueio generalizado diante do processo educativo. Para Sampaio (2019), a psicopedagogia deve atuar tanto na escuta das manifestações da criança quanto na mediação entre os diversos atores do seu entorno, incluindo a escola e a família.

Entre os transtornos mais comuns está a dislexia, caracterizada pela dificuldade na leitura fluente e precisa, apesar de uma boa capacidade intelectual e ensino adequado. Crianças com dislexia costumam ter trocas de letras, omissões e inversões, além de leitura lenta e pouco compreensiva. Outro transtorno recorrente é a discalculia, que envolve dificuldades na compreensão de conceitos matemáticos, manipulação de números e resolução de problemas. Para Britto (2020), reconhecer os sinais específicos de cada transtorno permite estruturar intervenções mais efetivas e direcionadas à singularidade da criança.

O ambiente escolar nem sempre está preparado para lidar com essas manifestações, o que torna ainda mais relevante a atuação do psicopedagogo e o envolvimento familiar. Muitas vezes, a escola rotula a criança como desatenta ou preguiçosa, sem considerar fatores clínicos e emocionais que sustentam o



quadro. A ausência de uma abordagem sensível pode acentuar ainda mais o isolamento e o desinteresse do aluno. Moraes (2024) ressalta que uma escuta qualificada, tanto da família quanto dos educadores, é crucial para que a criança se sinta compreendida e fortalecida.

A relação entre os transtornos e o convívio social também é significativa. Crianças que não conseguem acompanhar os colegas em atividades escolares frequentemente se sentem excluídas, o que repercute na sua autoestima. Esse afastamento social pode gerar consequências duradouras, afetando não apenas o desempenho escolar, mas também os vínculos afetivos e a construção da identidade. Segundo Gasparian (2019), a abordagem psicopedagógica precisa considerar o contexto emocional e relacional da criança, indo além do desempenho acadêmico.

Importante destacar que os transtornos de aprendizagem não se resolvem com reforço escolar tradicional. É necessário compreender que tais dificuldades não decorrem de desatenção, falta de esforço ou baixa motivação, mas de alterações específicas nos mecanismos de processamento da informação. Por isso, a intervenção deve ser multidisciplinar, envolvendo profissionais da saúde, da educação e os familiares. Para Santos e Lopes (2023), a abordagem integrada é o que possibilita avanços significativos no desenvolvimento da criança.

Outro aspecto que merece atenção é o momento do diagnóstico, que para muitas famílias representa um marco importante. O diagnóstico correto traz alívio e direcionamento, mas também pode gerar medo, insegurança e sentimento de culpa nos responsáveis. É nesse momento que o psicopedagogo pode atuar como um elo entre a compreensão técnica do transtorno e a reorganização emocional da família. Sanchez et al. (2021) afirmam que o acolhimento das emoções familiares favorece o processo de adaptação e engajamento nas estratégias de intervenção.

A contribuição da psicopedagogia se revela principalmente na forma como ela interpreta os sinais que a criança emite no contexto do fracasso escolar. Mais do que identificar sintomas, essa área busca entender o sujeito em sua totalidade, considerando os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e familiares envolvidos na aprendizagem. Para Dias (2022), a escuta sensível e o olhar ampliado sobre as dificuldades infantis são fundamentos indispensáveis à prática psicopedagógica.

Mesmo quando os transtornos não são visíveis de imediato, há sinais indiretos que devem ser observados com atenção. Desinteresse repentino, mudança de humor, recusa em ir à escola ou comportamentos agressivos podem sinalizar que algo está em desacordo com a vivência escolar da criança. A detecção precoce desses indícios exige uma atuação atenta de todos os envolvidos no processo educativo. Conforme Togashi e Walter (2020), a formação continuada dos professores é essencial para que saibam reconhecer e acolher essas manifestações de forma eficaz.



Há ainda uma necessidade crescente de romper com estigmas e preconceitos associados aos transtornos de aprendizagem. Muitas famílias ainda resistem a buscar ajuda especializada por receio de rotular a criança ou admitir que há uma dificuldade real. Essa resistência pode retardar o processo de intervenção e ampliar os prejuízos escolares e emocionais. A naturalização da diversidade cognitiva e a valorização das singularidades são caminhos importantes para a inclusão plena (RESENDE e CAMPOS, 2024 p.05).

O conhecimento sobre os transtornos precisa ser democratizado para que todos os agentes envolvidos — pais, professores, gestores e comunidade — compreendam as necessidades e direitos dessas crianças. Estratégias de sensibilização e formação contribuem para o rompimento de barreiras atitudinais e fortalecem as redes de apoio. Gasparian (2019) destaca que quanto maior a rede de suporte, mais chances a criança terão de superar os obstáculos que encontra no processo de aprendizagem.

A infância é marcada por intensas transformações e descobertas. Quando essas experiências são atravessadas por dificuldades persistentes, torna-se essencial olhar com profundidade para as causas, sem julgamentos ou simplificações. O papel da psicopedagogia e da família é justamente o de garantir que nenhuma criança seja excluída de seu direito de aprender. Para Sampaio (2019), a valorização da escuta, da singularidade e da construção conjunta do conhecimento é o que torna possível um processo verdadeiramente inclusivo e humanizado.

3 PSICOPEDAGOGIA E INTERVENÇÃO

A psicopedagogia surgiu como campo de atuação com a missão de compreender os processos de aprendizagem e suas possíveis disfunções, considerando a criança em sua totalidade. Intervenções psicopedagógicas buscam entender como o sujeito aprende, quais os obstáculos que interferem nesse processo e como superá-los de maneira individualizada. Ao tratar de crianças com transtornos de aprendizagem, o psicopedagogo se depara com um universo multifacetado, que exige escuta ativa, empatia e adaptação constante. Para Resende e Campos (2024), a compreensão das singularidades de cada criança é essencial para uma intervenção que respeite suas necessidades cognitivas e afetivas.

A prática psicopedagógica não se limita à sala de atendimento. Ela transcende o espaço clínico e dialoga com o contexto familiar e escolar. O profissional atua como mediador entre esses diferentes ambientes, promovendo uma articulação que favoreça a aprendizagem. Cada ação precisa considerar a história da criança, seus vínculos, crenças, relações e experiências anteriores. Britto (2020) ressalta que ressignificar as dificuldades de aprendizagem requerem envolvimento da família no processo, criando um espaço de escuta, acolhimento e reconstrução de trajetórias.

Intervir em uma dificuldade de aprendizagem exige mais que a aplicação de técnicas pedagógicas. É necessário investigar os fatores emocionais, sociais e neurológicos que interferem na aquisição do conhecimento. Isso inclui desde inseguranças e traumas até estruturas cognitivas ainda em



desenvolvimento. A criança não aprende isoladamente. Ela traz consigo um conjunto de experiências que influenciam sua forma de interagir com o conteúdo escolar. Moraes (2024) afirma que o psicopedagogo precisa lançar um olhar ampliado, que integre as dimensões afetiva e cognitiva do sujeito.

O acolhimento é uma das bases da intervenção psicopedagógica. A criança precisa se sentir segura para expor suas dificuldades sem medo de julgamento. O vínculo estabelecido com o profissional é determinante para que o processo seja efetivo. Um ambiente acolhedor favorece a autoestima, a expressão de sentimentos e o engajamento com a proposta terapêutica. Gasparian (2019) destaca que, ao valorizar a escuta e o afeto, o psicopedagogo potencializa os recursos internos da criança, incentivando-a a enfrentar seus próprios desafios.

A avaliação psicopedagógica é uma etapa fundamental da intervenção. Ela não se restringe a testes padronizados, mas envolve observações, entrevistas e análise das produções da criança. O objetivo é construir um diagnóstico comprehensivo, que vá além da simples nomeação de um transtorno. Essa análise orienta o planejamento das estratégias a serem utilizadas ao longo do acompanhamento. De acordo com o Ministério da Educação (2018), compreender as manifestações das dificuldades de aprendizagem no cotidiano da criança permite intervenções mais eficazes e contextualizadas.

Cada plano de intervenção é único. Não há fórmulas fixas ou métodos universais. O psicopedagogo precisa adaptar as atividades conforme o perfil, os interesses e as possibilidades da criança. É nesse ponto que a criatividade do profissional se une ao conhecimento teórico, criando propostas que estimulem o prazer pela descoberta e o envolvimento no processo de aprendizagem. Togashi e Walter (2020) defendem que a prática reflexiva e contextualizada contribui para uma atuação mais significativa e alinhada às reais necessidades dos alunos.

Outro ponto essencial é a escuta da família. Muitas vezes, os responsáveis também carregam angústias, inseguranças e dúvidas quanto ao desenvolvimento da criança. Envolver a família significa oferecer suporte, informação e orientação, para que se tornem parte ativa da intervenção. Santos e Lopes (2023) enfatizam que o trabalho com crianças com transtornos de aprendizagem só se concretiza com a participação efetiva dos familiares, que precisam se sentir acolhidos e valorizados.

As escolas também são espaços privilegiados para ações psicopedagógicas. A articulação entre o psicopedagogo e os professores permite a construção de estratégias inclusivas e coerentes com o cotidiano escolar. Capacitar docentes para reconhecer sinais de dificuldades e atuar de forma empática é um passo importante para ampliar as possibilidades de sucesso. Essa parceria é o alicerce de uma educação que respeita os ritmos e limites individuais dos estudantes (SAMPAIO, 2019 p.03).

A intervenção psicopedagógica ganha ainda mais força quando acompanhada de instrumentos lúdicos e simbólicos. Jogos, histórias, desenhos e outras formas de expressão não apenas facilitam a aprendizagem, mas revelam aspectos subjetivos da criança. O brincar torna-se canal de comunicação e



investigação, aproximando o profissional da realidade do sujeito. Dias (2022) reconhece que as atividades lúdicas promovem uma aprendizagem prazerosa, que desperta curiosidade, confiança e autonomia.

Importante considerar que a intervenção não busca corrigir a criança, mas apoia-la na construção de novos caminhos para aprender. A lógica do déficit dá lugar a uma compreensão centrada no potencial, na valorização de conquistas e no respeito às singularidades. A psicopedagogia se distancia de uma prática corretiva e se aproxima de uma abordagem formativa. Sanchez et al. (2021) apontam que essa mudança de perspectiva transforma o olhar da família e da escola, favorecendo uma atuação mais acolhedora e eficaz.

O sucesso da intervenção não se mede apenas por resultados acadêmicos. O fortalecimento emocional, o aumento da autoestima e a melhora nas relações interpessoais também são indicadores importantes de progresso. Muitas vezes, a criança precisa reaprender a confiar em si mesma antes de avançar nos conteúdos escolares. Gasparian (2019) argumenta que o suporte emocional oferecido pelo psicopedagogo é um dos pilares que sustentam o processo de superação das dificuldades.

A psicopedagogia propõe uma abordagem integradora, que contempla o sujeito em sua complexidade e valoriza a relação como espaço de transformação. O trabalho do psicopedagogo é artesanal, pautado no respeito, na escuta e na criação conjunta de possibilidades. Cada intervenção é uma construção única, marcada pelo diálogo entre teoria e prática, entre o saber científico e o saber experiencial. Britto (2020) observa que quando família, escola e profissional se articulam de forma colaborativa, cria-se um ambiente propício ao desenvolvimento integral da criança.

4 ESTILOS PARENTAIS E INFLUÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL

Os estilos parentais exercem profunda influência sobre o desenvolvimento emocional, social e educacional das crianças. O modo como os responsáveis interagem, impõem limites e oferecem apoio impacta diretamente na construção da autonomia, disciplina e autoconfiança dos filhos. Entre os estilos mais discutidos estão o autoritário, o permissivo, o negligente e o democrático, sendo este último o mais associado a resultados positivos no desempenho escolar. Para Gasparian (2019), o estilo parental molda o ambiente familiar como espaço de segurança ou tensão, refletindo nas atitudes da criança frente aos desafios educacionais.

Pais autoritários tendem a estabelecer regras rígidas, sem espaço para diálogo ou expressão emocional. Esse padrão pode gerar insegurança, medo de errar e dificuldades na resolução de problemas. Crianças criadas sob esse modelo, mesmo obedientes, podem demonstrar baixa autoestima e dependência excessiva dos adultos. Segundo Moraes (2024), o excesso de controle limita a criatividade e a capacidade de pensar criticamente, habilidades essenciais para o sucesso escolar e pessoal.

Já o estilo permissivo, caracterizado pela ausência de regras claras e pela indulgência exagerada, compromete a formação de responsabilidades e o entendimento de consequências. Essas crianças costumam



apresentar dificuldades para lidar com frustrações, além de comportamento impulsivo e baixo rendimento escolar. Conforme apontado por Britto (2020), quando a autoridade parental é negligenciada, a criança perde referências consistentes de conduta, afetando seu comprometimento com a aprendizagem.

Responsáveis que adotam uma postura negligente, desprovida de afeto e envolvimento, contribuem para um cenário ainda mais delicado. Nesses casos, a criança pode se sentir invisível, sem apoio emocional ou estímulo cognitivo, o que favorece o surgimento de transtornos e dificuldades de aprendizagem. A ausência de participação ativa dos cuidadores acentua os efeitos negativos dos desafios escolares, ampliando o distanciamento entre a criança e o processo educacional (SANTOS e LOPES, 2023 p.04).

O estilo democrático, por outro lado, representa o equilíbrio entre limites firmes e escuta empática. Crianças criadas nesse ambiente tendem a ser mais autônomas, comunicativas e comprometidas com os estudos. Os responsáveis nesse modelo atuam como guias, promovendo o diálogo, o respeito mútuo e o incentivo à aprendizagem. Sampaio (2019) declara que a presença ativa e emocionalmente disponível da família é um fator protetivo contra as dificuldades escolares e emocionais.

A percepção que os cuidadores têm do papel deles na formação acadêmica dos filhos influencia diretamente na forma como se posicionam frente aos obstáculos do percurso escolar. Algumas famílias, por medo ou desconhecimento, transferem a responsabilidade do sucesso ou fracasso apenas para a escola. Segundo Sanchez et al. (2021), reconhecer o papel complementar entre família e instituição de ensino é essencial para fortalecer a rede de apoio à criança.

Importante considerar que os estilos parentais não são estáticos. Eles podem ser modificados à medida que os adultos refletem sobre suas práticas e reconhecem a necessidade de adaptação. Processos psicopedagógicos auxiliam nesse redirecionamento, promovendo escuta, acolhimento e orientação para uma parentalidade mais consciente. Para Dias (2022), os encontros com a família durante os atendimentos psicopedagógicos são oportunidades preciosas para fortalecer vínculos e reposicionar papéis dentro da dinâmica familiar.

A maneira como os pais lidam com as dificuldades escolares dos filhos revela muito sobre suas crenças, expectativas e valores. Alguns demonstram compreensão, buscam ajuda e se envolvem com o processo; outros, por desconhecimento ou sobrecarga, reagem com negação, punição ou descaso. De acordo com o Ministério da Educação (2018), as atitudes familiares diante dos desafios de aprendizagem interferem na autoestima e na motivação das crianças.

As intervenções psicopedagógicas ganham força quando envolvem também os responsáveis, promovendo reflexões sobre práticas educativas e comunicação afetiva. O diálogo entre profissional e família permite alinhar objetivos e construir estratégias conjuntas de acompanhamento escolar. Gasparian



(2019) afirma que a atuação psicopedagógica deve incluir o sistema familiar como parte integrante da aprendizagem, rompendo com a ideia de que o problema está apenas na criança.

Famílias que mantêm um estilo equilibrado tendem a buscar informações, acompanhar as atividades escolares e valorizar os progressos, mesmo que pequenos. Essa postura encoraja a criança a persistir e acreditar em sua capacidade, mesmo diante de dificuldades. Para Resende e Campos (2024), o incentivo e a valorização da trajetória do estudante ajudam a construir uma identidade positiva em relação ao aprender.

O estilo parental também influencia a relação da criança com a autoridade escolar. Quando os responsáveis desautorizam o professor ou minimizam as exigências escolares, a criança tende a reproduzir esse comportamento, dificultando a construção de uma postura respeitosa e participativa. Togashi e Walter (2020) destacam que a coerência entre os discursos da família e da escola favorece a interiorização de valores e atitudes responsáveis frente aos compromissos escolares.

Refletir sobre os estilos parentais é fundamental para aprimorar o processo educacional como um todo. O trabalho conjunto entre família, escola e profissionais da educação precisa considerar o impacto das relações afetivas e do ambiente doméstico na formação das crianças. Segundo Britto (2020), ao compreender e ajustar os estilos parentais, é possível ampliar significativamente as possibilidades de aprendizagem, inclusão e desenvolvimento infantil.

5 PARCERIA PSICOPEDAGÓGICA: PROFISSIONAL E FAMÍLIA

A parceria entre o profissional psicopedagogo e a família representa um dos pilares mais sólidos para o sucesso do processo de intervenção. Essa conexão fortalece o vínculo entre teoria e prática, permitindo que as estratégias utilizadas no atendimento ultrapassem os limites do consultório e se expandam para o cotidiano da criança. Quando os familiares são orientados e envolvidos nas decisões pedagógicas, o suporte à criança se torna mais coerente e eficaz. Segundo Sampaio (2019), a presença ativa da família nos acompanhamentos psicopedagógicos amplia significativamente o engajamento da criança nas atividades propostas.

A atuação conjunta se constrói por meio de escuta, acolhimento e troca de informações. A família detém dados importantes sobre o histórico da criança, suas rotinas, relações e comportamentos que, muitas vezes, não emergem durante os atendimentos. O psicopedagogo, por sua vez, oferece ferramentas de análise e estratégias que ajudam os responsáveis a compreender melhor as necessidades do filho. Gasparian (2019) afirma que a visão sistêmica do psicopedagogo permite integrar o ambiente familiar como parte central da intervenção.

Muitos cuidadores chegam ao atendimento sobrecarregados por dúvidas, medos e frustrações. A escuta qualificada e sem julgamentos é o primeiro passo para construir uma relação de confiança. O profissional precisa estar preparado para acolher essas angústias e transformá-las em elementos construtivos



no processo de apoio à aprendizagem. Conforme Britto (2020), o reconhecimento da dor da família é uma etapa decisiva para o fortalecimento da parceria psicopedagógica.

A participação familiar não se resume ao comparecimento às sessões. Trata-se de uma colaboração contínua, na qual os cuidadores se tornam agentes ativos no processo de aprendizagem. Orientações sobre como organizar o ambiente doméstico, estabelecer rotinas e incentivar a autonomia da criança são fundamentais. Para Moraes (2024), essa orientação só é possível quando há uma comunicação empática entre profissional e família, pautada no respeito mútuo e na valorização dos saberes parentais.

Nem todas as famílias possuem o mesmo repertório de conhecimentos, recursos emocionais ou sociais. Algumas enfrentam limitações que dificultam a adesão ao processo psicopedagógico. Nessas situações, cabe ao profissional adaptar sua linguagem, suas propostas e sua postura para alcançar cada grupo familiar em sua singularidade. De acordo com o Ministério da Educação (2018), compreender as realidades diversas das famílias é essencial para garantir equidade no acompanhamento das crianças com dificuldades de aprendizagem.

O diagnóstico de um transtorno de aprendizagem pode ser um momento delicado, que desencadeia sentimentos de negação, culpa ou desorientação. Quando esse processo é conduzido de maneira empática, a família tende a se engajar de forma mais positiva, colaborando com a construção de novas perspectivas para o desenvolvimento infantil. O modo como o profissional compartilha o diagnóstico influencia diretamente na forma como os cuidadores reagem e se envolvem (SANCHEZ et al., 2021 p.06).

Intervenções mais bem-sucedidas são aquelas que alinham objetivos entre família e psicopedagogo. Isso significa estabelecer metas claras, avaliar resultados com frequência e ajustar o percurso sempre que necessário. O diálogo constante evita ruídos, expectativas desencontradas e sentimentos de frustração. Para Santos e Lopes (2023), o acompanhamento psicopedagógico ganha qualidade quando há cooperação efetiva entre os agentes envolvidos no processo.

O psicopedagogo deve atuar também como formador de pais, promovendo espaços de aprendizagem e reflexão sobre práticas educativas. Muitas vezes, mudanças simples no cotidiano familiar geram grandes impactos na aprendizagem da criança. O conhecimento compartilhado entre profissional e cuidadores contribui para uma postura mais assertiva e segura diante dos desafios escolares. Dias (2022) afirma que orientar os responsáveis sobre os processos cognitivos e afetivos do filho fortalece o elo entre casa e aprendizagem.

Parcerias consistentes favorecem a continuidade das estratégias psicopedagógicas fora do espaço clínico. Ao compreenderem a lógica das atividades propostas, os familiares podem reproduzi-las no ambiente doméstico, reforçando os avanços da criança. O vínculo afetivo entre cuidadores e filhos se



transforma também em um canal de aprendizado. Segundo Resende e Campos (2024), o envolvimento familiar nas intervenções promove ganhos tanto acadêmicos quanto emocionais.

A escola também deve ser inserida nessa rede de cooperação. O diálogo entre psicopedagogo, professores e família possibilita uma abordagem integrada, coerente e centrada nas necessidades da criança. Essa triangulação fortalece as ações educativas e garante mais efetividade às intervenções. Para Togashi e Walter (2020), o alinhamento entre todos os envolvidos potencializa o processo de inclusão e aprendizagem.

Importante respeitar o tempo de cada família. Nem todas estarão prontas para participar com a mesma intensidade ou rapidez. O psicopedagogo precisa desenvolver sensibilidade para reconhecer esses ritmos e oferecer apoio contínuo, sem cobranças desproporcionais. Sampaio (2019) observa que a escuta ativa e o acolhimento das fragilidades familiares criam um espaço propício à mudança e à reconstrução de vínculos.

Construir uma parceria sólida entre profissional e família não é tarefa simples, mas é um caminho indispensável para que o processo psicopedagógico alcance resultados duradouros. Trata-se de um trabalho artesanal, que demanda empatia, paciência e compromisso com a transformação. Para Britto (2020), quando a família se sente valorizada e envolvida, ela se torna aliada fundamental na jornada da criança rumo ao desenvolvimento e à superação de suas dificuldades.

6 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste artigo de revisão bibliográfica foi estruturada de modo a permitir a replicação do estudo por outros pesquisadores. O objetivo central da pesquisa é reunir, analisar e interpretar criticamente produções acadêmicas que abordem a relação entre a atuação familiar e o processo psicopedagógico voltado a crianças com dificuldades de aprendizagem.

A etapa inicial da investigação consistiu no levantamento de fontes em bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, como SciELO, Google Scholar, Biblioteca Digital da CAPES, Repositório USP e Redalyc. Os descritores utilizados na busca foram definidos com base na delimitação do tema e incluem termos como: “transtornos de aprendizagem”, “psicopedagogia”, “papel da família na aprendizagem”, “intervenção psicopedagógica” e “envolvimento familiar na educação”. As palavras-chave foram combinadas com operadores booleanos (AND, OR) para refinar os resultados.

Para a seleção do material, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídas apenas publicações em português ou inglês, com data de publicação entre os anos de 2013 e 2024, que apresentassem relação direta com o tema, e que estivessem disponíveis na íntegra. Artigos duplicados, resumos simples, produções opinativas sem base teórica e textos que tratassesem de outros níveis educacionais sem foco em crianças foram descartados.



Os documentos selecionados foram submetidos a uma análise qualitativa, com enfoque na identificação de conceitos recorrentes, metodologias empregadas nas pesquisas analisadas, conclusões obtidas e implicações práticas relatadas. Para isso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, orientada pelos procedimentos de categorização temática. O processo envolveu a leitura flutuante dos textos, a codificação de unidades de significado e a organização dos dados em eixos temáticos que subsidiasssem as discussões do trabalho.

Não foram utilizados instrumentos ou equipamentos laboratoriais, já que o estudo não envolve coleta de dados primários. Todos os procedimentos foram realizados digitalmente, com o apoio de softwares básicos de organização de dados bibliográficos, como o gerenciador Mendeley, que permitiu a padronização das referências e a organização das fontes utilizadas.

Essa abordagem metodológica oferece rigor acadêmico e sistematização ao processo investigativo, além de garantir que qualquer pesquisador interessado possa refazer o estudo, bastando seguir os mesmos critérios de busca, seleção e análise descritos. Espera-se, com isso, construir uma base teórica sólida sobre o envolvimento familiar no atendimento psicopedagógico de crianças com transtornos de aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender com mais profundidade o papel da família no processo psicopedagógico de crianças com transtornos de aprendizagem. A partir da revisão da literatura, observou-se que a participação ativa dos responsáveis é um fator determinante para o sucesso das intervenções, favorecendo tanto o desempenho acadêmico quanto o desenvolvimento emocional da criança. O envolvimento familiar, quando bem orientado e acolhido, torna-se uma ponte entre as ações do profissional psicopedagogo e o cotidiano do aluno, fortalecendo os vínculos e promovendo um ambiente mais favorável à aprendizagem.

Os objetivos propostos foram atingidos, especialmente ao destacar a importância da escuta, da parceria e da cooperação entre família e profissional. A investigação também evidenciou os desafios enfrentados por muitas famílias, desde a falta de informação até as dificuldades emocionais diante de um diagnóstico. Mesmo diante dessas limitações, foi possível identificar estratégias que podem ser aplicadas para promover um engajamento mais efetivo dos cuidadores no processo psicopedagógico. Essa integração, além de necessária, mostra-se possível com práticas fundamentadas em empatia, clareza e comunicação constante.

Durante a elaboração do estudo, algumas limitações foram percebidas, como a escassez de produções mais recentes sobre intervenções específicas voltadas para diferentes contextos familiares. Além disso, não foi possível incluir uma análise prática, restrita pela natureza da revisão bibliográfica. Apesar disso, a pesquisa se mostra relevante para contextos acadêmicos, clínicos e educacionais, podendo servir



de base para trabalhos futuros que explorem, por exemplo, as percepções das famílias ou a atuação conjunta entre escola, família e psicopedagogo de forma mais aprofundada.

Sugere-se que novas investigações incluam estudos de caso, entrevistas com familiares e profissionais da área, bem como análises comparativas entre diferentes abordagens psicopedagógicas. Esses caminhos podem ampliar a compreensão sobre as variáveis que interferem no sucesso das intervenções e permitir a criação de propostas mais eficazes para realidades diversas. Ao integrar teoria e prática, torna-se possível desenvolver formas de atuação cada vez mais sensíveis às necessidades da criança e mais coerentes com a diversidade de contextos familiares existentes.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha sobre dificuldades e transtornos de aprendizagem**. 2. ed. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/739870/2/CARTILHA.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

BRITTO, Sílvia Regina Firmino. **Ressignificando a dificuldade de aprendizagem com a família**. Monografia (Graduação em Psicopedagogia) – PUC-SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/39814/1/Silvia%20Regina%20Firmino%20Britto%20-%20Monografia.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

DIAS, Ieda. **A importância da família no acompanhamento psicopedagógico junto à criança com dificuldades de alfabetização**. Revista Instituto de Ensino Superior de Itapira, v.2, n.3, p.56-66, 2022. Disponível em: <https://uniesi.edu.br/instituto/revista/arquivos/v02n03/56-218-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

GASPARIAN, Maria Cecília Castro. **A família, a criança e uma visão psicopedagógica sistêmica**. Revista Psicopedagogia, v.36, n.111, p.501-514, set./dez. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862019000400008&script=sci_arttext. Acesso em: 14 mai. 2025.

MORAES, Andréa Kochhann M. de. **Dificuldades da família e da escola com o processo de ensino-aprendizagem: contribuições da psicopedagogia**. Revista FT, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/dificuldades-da-familia-e-da-escola-com-o-processo-de-ensino-aprendizagem-contribuicoes-da-psicopedagogia/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

RESENDE, Samilly Danielly de; CAMPOS, Sonia Maria de. **Transtorno do Espectro Autista: Diagnóstico e intervenção psicopedagógica clínica**. Revista Psicopedagogia, v.41, n.125, e00034, maio/ago. 2024. doi:10.51207/2179-4057.20240034. Disponível em: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20240034>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SAMPAIO, Suelen da Silva. **Psicopedagogia, família e processo de aprendizagem**. Anais do VI CONEDU, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_E_V127_MD1_SA17_ID8508_14082019024247.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

SANCHEZ, Cintia Nazaré Madeira; PAVANELLO, Juliana Portugal; NAUFEL, Georgia Denani; SANTOS, Amanda Brito. **Percepção da família frente ao diagnóstico de transtorno de aprendizagem**. Revista Educação Inclusiva – REIN, Campina Grande, v.5, n.1, 2021. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/download/376/291/1412>. Acesso em: 14 mai. 2025

SANTOS, Edna Cleiva Alves dos; LOPES, Robson Vila Nova. **A participação da família no desenvolvimento de crianças com transtornos e/ou deficiências: uma abordagem psicopedagógica**. Revista Faculdade ITOP, v.4, p.1-12, 2023. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/702>. Acesso em: 14 mai. 2025

TOGASHI, C. M.; WALTER, C. C. F. **As contribuições da autoscopia na formação de professores sobre o uso do Currículo Funcional Natural destinado aos alunos com Transtorno do Espectro Autista**. In: NUNES, L. R. D. P. (Org.). Autoscopia: uma ação reflexiva sobre a prática docente [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020. p.89-111. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786587949109.0005>. Acesso em: 14 mai. 2025